



Sy.
f

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO NÚMERO 564/ 2019

DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MASSAMÁ
MONTE-ABRAÃO

- ADITAMENTO AO PROTOCOLO N.º 30/2014, DE 14 DE MARÇO, DELEGAÇÃO
DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS –

Considerando que:

- O artigo 131.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro dispõe que *“Os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais”*;
- O Município de Sintra celebrou em 14 de Março de 2014, o Protocolo n.º 30/2014, de delegação de competências de gestão e conservação de Espaços Públicos com a Junta da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão;
- No âmbito dos anexos ao Protocolo então celebrado, figuram inúmeros espaços verdes e equipamentos cuja gestão e conservação se encontra delegada;
- O Parque do Bairro 1.º de Maio, o Parque Urbano Ramada Curto e o Parque Salgueiro Maia, espaços integrados em domínio municipal, constituem locais de lazer para os residentes locais e para a população da União de Freguesias;
- Urge proceder à delegação da gestão e conservação relativamente a esses espaços em concreto para que a União de Freguesias os assumam, em termos de igualdade com os demais que constam do anexo ao Protocolo n.º 30/2014;



- As relações de índole convencional entre o Município e a União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser formalmente concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *“permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo actual”*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exactamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *“ponto de encontro de duas gestões públicas”*;
- Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respectivas atribuições, *“a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações”* em articulação recíproca;
- A celebração do presente contrato pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respectivos órgãos executivos [alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 131.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];



- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Aditamento ao Protocolo n.º 26/2014, de delegação de competências de gestão e conservação de Espaços Públicos com a Junta da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão nas suas reuniões de 25/09/2019 e 27/09/2019, respetivamente.

Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público número 500 051 062, neste acto representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal, **Maria da Piedade de Matos Pato Mendes**, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

E

A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MASSAMÁ E MONTE ABRAÃO, pessoa colectiva de direito público nº 510 837 808, com sede na Rua Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, em Massamá, 2745-872 Queluz, neste acto representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Dr. Pedro Oliveira Brás, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo (adiante referido como Contrato), que se rege pelas seguintes Cláusulas:



CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objecto

1 - O presente contrato tem por objecto a delegação de competências do **Primeiro Outorgante** no **Segundo Outorgante** relativamente à gestão e conservação dos seguintes espaços públicos e equipamentos, tudo em aditamento ao Protocolo n.º 30/2014, de 14 de Março de 2014:

- a) Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivo do Parque do Bairro 1.º de Maio (planta de localização em **Anexo I**);
- b) Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivo do Parque Urbano Ramada Curto (planta de localização em **Anexo II**);
- c) Polidesportivo do Parque Salgueiro Maia (planta de localização em **Anexo III**).

2 – As competências delegadas relativamente aos Parques supra incluem, de acordo com o concretamente aplicável, as seguintes valências:

- a) Gestão, conservação e manutenção de Espaços de Jogo e Recreio;
- b) Gestão, conservação e manutenção de recintos desportivos descobertos.

3 - Às tarefas referenciadas no ponto anterior aplicam-se especialmente os artigos 5.º e 6.º do Protocolo n.º 26/2014, de 14 de Março de 2014, sem prejuízo do demais teor desse instrumento convencional.

4 – A titularidade municipal dos espaços não é transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.



31.

Cláusula 2.^a

Princípios

1 – A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2- Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.^a

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes através de uma delegação de competências, não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da União de Freguesias legalmente fixadas.

CAPÍTULO II

Recursos

Cláusula 4.^a

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza ao **Segundo Outorgante** os recursos de acordo com o **Anexo IV** ao presente contrato.

2 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.



CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 5.^a

Acompanhamento e controlo

O acompanhamento e aconselhamento ao **Segundo Outorgante** relativamente ao desenvolvimento das tarefas ora delegadas por parte do **Primeiro Outorgante**, incumbe à DGEV.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 6.^a

Entrada em vigor e período de vigência

O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva subscrição e vigora até à assunção pelo **Segundo Outorgante** das novas competências previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais).

Cláusula 7.^a

Revogação

1 - O presente contrato é susceptível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.

2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.



87.

2

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 8.^a

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afecte ou possa afectar de forma significativa o objecto do presente contrato.

Cláusula 9.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes estas deverão ser dirigidas, através de correio electrónico, com aviso de recepção e leitura para o respectivo endereço electrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt
- b) União de Freguesia de Massamá e Monte Abraão: geral@uf-massamamabraao.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via electrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 10.^a

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Clausulado do Protocolo n.º 30/2014, de 14 de Março de 2014, o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e o Código do Procedimento Administrativo.

8x.

R



Cláusula 11.^a

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Arbitral referido no artigo 9.º do Protocolo n.º 26/2014, de 14 de Março de 2014.

Cláusula 12.^a

Publicitação

O presente Contrato é objecto de publicitação no site institucional do Município de Sintra e da União de Freguesias de Massamá Monte Abraão, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A despesa global máxima estimada para este contrato em 2019 é de €1.500,03 e €2.811,66 e estão cabimentadas no orçamento municipal em vigor na classificação 01.02.00/04.05.01.02 e no Plano na rubrica 4/4.2.2019.166.3 compromissos n.ºs 7819006932 e 7819006933, que se anexam, correspondem aos Cts. n.ºs 2019/17005114/5103 respetivamente, e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por deliberação tomada na sua 4.ª sessão ordinária de 25 de setembro de 2019.

Os orçamentos de 2020 e de 2021 vão contemplar as restantes verbas nos termos dos compromissos anos futuros n.ºs 8819000934, 8819000935 8819000936 e 8819000937 respetivamente, em anexo.

Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.

O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas **partes Outorgantes** sendo constituído por doze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo doze páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como



originais, ficando um exemplar para cada uma delas.



Paços do Concelho de Sintra, 14 de outubro de 2019

Pelo Município de Sintra

(Maria Piedade Mendes)

Pela União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Presidente da Junta

(Pedro Oliveira Brás)



R. Bartolomeu Dias

R. Pedro de Sintra

R. Diogo Cão

R. Gonçalo Zarco

R. Ramada Curto

R. Vasco

R. João V

R. Tristão da Cunha

Espaço Recreativo e de Lazer do Bairro 1*

Dados do mapa ©2019 20 m

[illegible]



31.

[Handwritten signature]

ANEXO IV

Parque do Bairro 1º de Maio			
EJR – Espaços de jogo e Recreio			
Área	588,00 m²		
Manutenção/mês	366,31 €	Manutenção/ano	4.395,72 €
Polidesportivo			
Área	345,72 m²		
Manutenção/mês	166,67 €	Manutenção/ano	2.000,00 €
Parque Urbano Ramada Curto			
EJR – Espaços de jogo e Recreio			
Área	918,00 m²		
Manutenção/mês	570,91 €	Manutenção/ano	6.850,92 €
Polidesportivo			
Área	198,00 m²		
Manutenção/mês	166,67 €	Manutenção/ano	2.000,00 €
Parque Salgueiro Maia - Massamá			
Polidesportivo			
Área	185,00 m²		
Manutenção/mês	166,67 €	Manutenção/ano	2.000,00 €

COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819006932

Data: 26.09.2019

Data do último ajuste de valor: 27.08.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: 2018/2021 - PDC - GESTÃO POLIDESPORTIVOS

Referência:

Serviço Requisitante: GPR

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes

D.04.05 Administração local

D.04.05.01 Continente

D.04.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

3 CI manut. parques e polidesportivos

Entidade/Fornecedor: 1000011405 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MASSAMÃ
E MONTE ABRAÃO

Fundo: 18983

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009073

Nº Cabimento: 7419006805 2018/2021 - PDC - GESTÃO POLIDESPORTIVOS

Nº Processo: CT-2019/17005114

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	1.500,03
Valor Compromisso:	1.500,03
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Montante
2020	8819000149	16.000,00
2020	8819000934	6.000,12
2021	8819000150	16.000,00
2021	8819000935	6.000,12

Total Compromissos 45.500,27

DATA IMPRESSÃO
03.10.2019

HORA IMPRESSÃO
10:02:36

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto: HERMÍNIA MANUEL
ASSUNÇÃO FROIS
GONÇALVES

Assinado de forma digital por
HERMÍNIA MANUEL
ASSUNÇÃO FROIS
GONÇALVES
Dados: 2019.10.03 10:16:56
+01'00'

COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819006933

Data: 26.09.2019

Data do último ajuste de valor: 26.09.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: 2018 - PDC - GESTÃO ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

Referência:

Serviço Requisitante: GPR

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes

D.04.05 Administração local

D.04.05.01 Continente

D.04.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

3 CI manut. parques e polidesportivos

Entidade/Fornecedor: 1000011405 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MASSAMÃ
E MONTE ABRAÃO

Fundo: 18983

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009074

Nº Cabimento: 7419006806 2018/2021 - PDC - GESTÃO ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

Nº Processo: CT-2019/17005103

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	2.811,66
Valor Compromisso:	2.811,66
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Montante
2020	8819000127	30.137,64
2020	8819000936	11.246,64
2021	8819000128	30.137,64
2021	8819000937	11.246,64

Total Compromissos 85.580,22

DATA IMPRESSÃO
03.10.2019

HORA IMPRESSÃO
10:03:52

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto: HERMÍNIA MANUEL ASSUNÇÃO, FROIS GONÇALVES
Assinado de forma digital por
HERMÍNIA MANUEL ASSUNÇÃO
FROIS GONÇALVES
Dados: 2019.10.03 10:14:23
+01'00'